



OAB-MT realiza maior evento de sua história com XX Conferência Estadual da Advocacia e XX Semana Jurídica

Páginas - 8, 9 e 10



Mês da Advocacia é marcado por luta pelas prerrogativas

Página - 4



Ordem adere ao movimento Sobrou pra você

Página - 10

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva

Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha
Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães
Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos
Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção

Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda

Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico
Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
PRIMEIRA TURMA			QUARTA TURMA			OITAVA TURMA		
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
	3613-0935	3613-0940	ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
SEGUNDA TURMA			QUINTA TURMA			NONA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
TERCEIRA TURMA			SEXTA TURMA			DÉCIMA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPAROLO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
QUARTA TURMA			SÉTIMA TURMA			DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

Jornalistas:
Natacha Wogel
Mayla Miranda/ Conexão Assessoria
Vinícius Bruno/ZF Press
Sissy Cambium - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243

Fotografias: Kamila Martins/
Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Ser advogado

POR LEONARDO CAMPOS*

“Se eu tivesse oito horas para scortar uma árvore, gastaria seis afiando meu machado”. Uso das palavras do lendário presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, para falar de uma profissão pela qual tenho muita estima, a advocacia. Dentro do parâmetro metafórico do qual me subsídio para me referir a esta nobre função, ousou dizer que afiar o machado é o atributo mais demandado a estes operadores do Direito para exercer com perspicácia a defesa dos direitos dos cidadãos e garantir a ordem pública.

De acordo com o artigo 133 da Constituição Federal (1988), o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Isso revela o quão importante é o papel do advogado para que a sociedade encontre a harmonia proporcionada quando a justiça é promovida.

Entre as ferramentas utilizadas pelo advogado para acessar a justiça, está a atuação judicial. Seja na petição inicial ou quando o advogado faz uso do princípio da oralidade, existe todo um depósito de conhecimento que é acessado para garantir que as palavras escritas e proferidas não sejam meras letras mortas ou locuções verbais vãs, respectivamente, e sim, a mais elegante forma de se dar um ‘corte certo’, seja na inverdade, seja na força que tenta reprimir o direito de quem

está sendo defendido. Trata-se de uma forma de se afiar o machado em sua essência.

Costumo dizer que o machado da advocacia, dentro da linguagem metafórica aqui utilizada, é tão poderoso que é capaz de lapidar qualquer ser humano que se deixa embalar pela sua imprecisa precisão. Eis um enigma que faz da advocacia uma carreira instigante, pois não podemos garantir aos clientes a certeza de um resultado, todavia, podemos precisar que os caminhos seguros para não se dar margem a erros é possível quando há atuação do advogado.

É por essa razão, que o machado jamais pode deixar de ser afiado. Esta é uma questão de condição humana. Da mesma forma que as leis, enquanto produção humana que garantem a ordem social, são aperfeiçoadas na medida em que a sociedade evolui, também entre os advogados deve predominar a mesma lógica: a do aperfeiçoamento como forma de se dar respostas claras e objetivas às provocações feitas pela sociedade.

Nesta selva moderna, onde o instinto de sobrevivência se baseia em garantir a liberdade de atuação pautada sobre as prerrogativas da advocacia, afiar o machado é uma questão de expertise, aprimoramento constante da técnica e o aper-



dedicada em afiar o machado, não se deixou de lado o ato de se fazer um bom corte na árvore. Apesar de cortar uma árvore ser uma imagem devastadora para o contemporâneo, na perspectiva alegórica deste artigo, é só quando se faz essa atividade é que se consegue extrair o que há de melhor no caule.

Da mesma forma acontece com a justiça, que enquanto uma abstra-

ção só serve para acalmar a mente em estado dialético. Mas quando se extrai da Justiça o seu poder prático, colhe-se os benefícios, desfruta-se da doce seiva, transforma-se troncos disformes em belos ornamentos ou imóveis úteis.

Concluo que ser advogado é ser instrumento para se chegar à essência da questão. É olhar para a perturbação social e não ser inerte. É estar a serviço e sempre que necessário cumprir sua função com liberdade e exatidão, e ter sempre o machado afiado para qualquer trabalho, e não descansar enquanto não se subjugar todos os troncos que impedem o desfrutar da justiça.

Na máxima de Abraham Lincoln, embora a maior parte do tempo fosse

Ordem reitera pedido de ampliação de prazos para juntada de guias

A OAB-MT reiterou o pedido de providências à Corregedoria Geral de Justiça quanto à desarmonia entre o Provimento 22/2016 do órgão e o que determina o Código do Processo Civil (CPC) a respeito dos prazos para juntada das guias do Processo Judicial Eletrônico (PJe). O novo protocolo foi feito em 8 de agosto.

Preocupada com os prejuízos que vêm sendo causados aos jurisdicionados e seus advogados e advogadas, a Ordem requereu à Corregedoria que altere os prazos de juntadas das guias pagas tanto quanto às custas iniciais quanto às de recursos (preparo) nos processos.

O reiterado pedido da OAB-MT, já solicitado outras duas vezes, versa sobre o parágrafo 1º do artigo 2º do

Provimento, para que seja modificado de forma a adotar o que dispõe o CPC - no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção -, ou que o prazo de juntada das guias seja ampliado, ante os graves prejuízos causados decorrentes do exíguo tempo determinado.

Também solicita “a retirada dos atuais 60 minutos para juntada da guia paga adotando como prazo de cinco dias, se o prazo final cair em dia não útil, prorroga-se para o dia útil seguinte, para juntada/vinculação da guia paga ao processo distribuído em todas as classes e instâncias”, como consta.

OAB
MATO GROSSO

CÓPIA

OF. OAB-MT/GP Nº 401/2017
Favor mencionar este número na resposta

Cuiabá, 07 de julho de 2017.

0097617-84.2017.811.0000
Corregedoria de Justiça
MONTADA EM 10/07/2017
11:22:09
No: 0781.77.2017

Excelentíssima Senhora
Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro
Corregedora-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso

Excelentíssima Corregedora,

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso através de seu Presidente Leonardo Pio da Silva Campos, vem perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Foi protocolizado neste Seccional requerimento sob o nº 0010629/2014, solicitando providências quanto à desarmonia entre o Provimento 22/2016-CGJ e o Código de Processo Civil (anexo), bem como relatando o quanto isso causa prejuízo aos jurisdicionados e seus advogados.

Esse tema já é objeto do OF. OAB-MT/GP Nº 452/2016, protocolizado sob nº 146276-61.2016.811.0000 e do OF. OAB-MT/GP Nº 284/2017, protocolizado sob o nº 0072467-04.2017.811.0000.

2ª Avenida Transversal, s/n - CPA - CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT - Tel.: (65) 3613-0927/(65) 3613-0901
Site: <http://www.oabmt.org.br> - e-mail: conferencia@oabmt.org.br

OAB
MATO GROSSO

Assim, dentre outras razões, reitera os ofícios acima declinado e solicita a esse E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que reveja tal provimento, com a urgência que a matéria requer, no sentido de:

a) que no art. 2º e 3º do Provimento no. 22/2016-CGJ TJMT seja o adotado o que dispõe o art. 1.007, "caput" do CPC/2015 ou que o prazo de juntada das guias seja ampliado, ante os graves prejuízos causados decorrentes do prazo exíguo;

b) a retirada dos atuais 60 minutos para juntada da guia paga, adotando como prazo de 05(cinco) dias, se o prazo final cair em dia não útil, prorroga-se para o dia útil seguinte, para juntada/vinculação da guia paga ao processo distribuído, em todas as classes e instâncias;

Na oportunidade renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS
Presidente da OAB/MT

2ª Avenida Transversal, s/n - CPA - CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT - Tel.: (65) 3613-0927/(65) 3613-0901
Site: <http://www.oabmt.org.br> - e-mail: conferencia@oabmt.org.br

Projeto de lei que criminaliza violação das prerrogativas passa na CCJ do Senado

O Movimento pela Valorização das Prerrogativas encampado pela OAB-MT nos fóruns de todo o Estado, realizado na tarde do dia 10 de agosto, ganhou maior força após uma conquista obtida pela advocacia na noite anterior. Foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado o Projeto de Lei 141/2015, que criminaliza a violação das prerrogativas de advogados e advogadas. A notícia foi comemorada durante a entrega aos profissionais que passavam pelo saguão do Fórum de Cuiabá de cartilhas sobre o respeito aos seus direitos no exercício profissional.

“Quero dar essa notícia à advocacia mato-grossense. Essa é uma luta antiga da OAB e classifico como a maior conquista nossa nos últimos tempos. A criminalização da ofensa às prerrogativas é uma bandeira defendida pela Ordem ao longo de sua história. A partir da aprovação desse projeto, uma autoridade pública que impedir um advogado de acompanhar o seu cliente na lavratura de um boletim de ocorrência perante à Polícia Militar, por exemplo, poderá ser processado criminalmente por abuso de autoridade. Isso é a garantia do estado de direito, da democracia. Por isso a Ordem luta pela aprovação desse projeto”, comemorou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

O texto do PL 141/2015, que altera o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994), traz em seu artigo 43-A a pena de detenção de um a quatro anos para aqueles que impedirem ou

limitarem o exercício da advocacia, com possibilidade de aumento da pena, caso o agente público cometa algum ato contra a integridade física ou a liberdade profissional do advogado. No caso de condução ou prisão arbitrária, o agente público ainda ficará sujeito à perda do cargo. Após a aprovação pelo Senado, o projeto segue para Câmara dos Deputados e, se novamente aprovado, à sanção presidencial.

Durante a mobilização no Fórum, o presidente da OAB-MT enumerou algumas das mais recorrentes violações de prerrogativas ocorridas em Mato Grosso. Uma delas é a impossibilidade de conversar com o seu cliente recolhido em estabelecimento prisional em reservado. “Temos uma certa dificuldade ainda em algumas unidades prisionais”, acrescentou. Outra é ter acesso a processos. “Não raras vezes, nas operações principalmente, autoridades que conduzem, na ânsia de proteger o sigilo, acabam impedindo o advogado a ter acesso ao processo. Ora, é direito do preso, do investigado saber do que está sendo acusado e ele só o sabe através da pessoa do seu advogado”.

Advogados e advogadas que passavam pelo local à tarde manifestavam a necessidade de se ampliar, por meio de encontros, palestras e até aulas, a divulgação sobre como agir diante da violação de prerrogativas. “Se o advogado soubesse a importância que é o Tribunal de Prerrogativas, ele faria um coro com esse movimento para que realmente houvesse respeito com o ad-

vogado. O advogado tem que respeitar a autoridade, o colega, mas não pode, por conta disso, se submeter a ser desrespeitado e, muito menos, permitir que os direitos do cliente dele o sejam”, comentou Celso Corrêa de Oliveira, advogado da área trabalhista há 16 anos.

O defensor contou que, recentemente, fez constar em ata ponderações alegadas por ele ao longo de uma audiência que o juiz julgou desnecessárias. “Disse a ele, se o senhor vai deferir ou não, é sua prerrogativa. Agora, é prerrogativa minha que conste na ata. Eu, então, liguei a câmera do celular e pedi a ele que dissesse porque decidiu que não constaria para documentar o momento. Aí, então, ele resolveu fazer constar. Não precisei me indispor com ele. Educadamente, fiz com que meu direito fosse respeitado”, relatou Celso de Oliveira, pedindo que a OAB-MT crie mais encontros para ensinar a advogados e advogadas a exercer suas prerrogativas.

Ferramentas - O Movimento também foi propício para divulgação do aplicativo “Prerrogativas Mobile”. Criado pela OAB, ele permite que os profissionais registrem na hora os casos de desrespeito ao exercício da advocacia em seus celulares, inclusive com intervenção emergencial. “Esse é o momento de lembrar aos advogados que podem lançar mão de ferramentas, como essa cartilha e esse aplicativo, e que não estão sozinhos quando tiverem suas prerrogati-



vas violadas. Tem um grupo de guerreiros que está com ele a qualquer momento”, lembrou o presidente do Tribunal de Prerrogativas da OAB-MT, André Stumpf.

A estagiária de Direito Michelle Batista dos Santos Pinho demonstrou surpresa ao deparar-se com prerrogativas de sua categoria. Elas foram mostradas na cartilha a ela durante o movimento. “Eu acho bem bacana essa iniciativa, até porque alguns acham que, porque você é estagiário, que tem que ser tratado de qualquer jeito. Isso já aconteceu comigo aqui no fórum, mas agora eu já sei”.

Para finalizar, Leonardo Campos parabenizou os advogados e advogadas de Mato Grosso por seu dia, celebrado em 11 de agosto. “Hoje é um dia para despertar a importância de se respeitar as prerrogativas dos advogados, que não são privilégios, mas são a garantia do cidadão de ter um advogado que vá lutar pelo direito do cidadão atuando de forma autônoma, independente, liberta e sem qualquer hierarquia ou subordinação com os demais atores do processo. E nada mais justo do que fazermos isso na véspera do Dia do Advogado. Quero, então, em nome da OAB-MT, parabenizar todos esses guerreiros e guerreiras”.



Subseções conscientizam advocacia sobre respeito aos direitos

O Movimento pela Valorização das Prerrogativas, conduzido pelo Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-MT, reuniu profissionais em diversos pontos do Estado para conscientizar colegas sobre a importância do tema. Os encontros aconteceram também na tarde do dia 10 de agosto, nas salas da Ordem instaladas nos fóruns em diversos municípios de Mato Grosso.

A ação consistiu na entrega de

cartilhas com a legislação sobre os direitos e prerrogativas de advogados e advogadas previstos no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) aos colegas que passavam pelos locais. Também houve a divulgação do aplicativo “Prerrogativas Mobile”, ferramenta pela qual os profissionais que tiverem suas prerrogativas ofendidas possam registrar no celular, com providências imediatas, inclusive, os fatos.

As subseções de Nova Xavan-

tina, Diamantino, Comodoro, Rondópolis, Tangará da Serra, Várzea Grande, Nova Mutum e Sinop registraram a mobilização.

“Esse momento foi planejado para despertar a importância de se respeitar as prerrogativas dos advogados. Eu digo sempre que prerrogativas não são privilégios, mas trata-se de direito e da garantia do cidadão de que será amparado por um advogado que vá lutar por seu direito de forma autônoma, indepen-

dente, liberta e sem qualquer hierarquia ou subordinação. Nossa gestão é intransigente quanto a isso, tanto que nosso slogan é prerrogativa, uma questão de justiça”, reforçou o tema o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

O Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-MT disponibiliza um número de telefone ligado por 24 horas para que sejam comunicados casos de desrespeito às prerrogativas e para o auxílio nessas situações: (65) 99239-1000.

Senado realiza sessão em homenagem à advocacia e OAB entrega manifesto ao presidente

Na tarde do dia 21 de agosto, o Senado Federal realizou uma sessão solene em comemoração aos 190 anos da criação dos cursos de Direito no Brasil. O marco é celebrado no dia 11 de agosto, data que ficou conhecida como Dia do Advogado. O requerimento para a homenagem foi apresentado pelo senador Hélio José, do Distrito Federal.

Representando a advocacia mato-grossense, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos; os

conselheiros federais Duílio Piatto e Josemar Carmerino e o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf, participaram da solenidade no Senado, em Brasília. Eles foram à capital federal também para comparecer ao movimento nacional da OAB Marcha das Prerrogativas da Advocacia.

Durante a cerimônia, o presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, lembrou que sem advocacia não existe cidadania, justiça e nem democracia.

Leonardo Campos destacou a imprescindibilidade da advocacia prevista na própria Constituição Federal, lembrando que a atuação dos profissionais da advocacia vai muito além da defesa dos interesses individuais dos cidadãos, mas ocupa um papel históri-



co de luta em defesa da sociedade.

Na tarde do dia 22, a OAB retomou a Marcha das Prerrogativas da Advocacia no Senado Federal. O presidente nacional da Ordem, Claudio Lamachia, acompanhado de vários dirigentes das Seccionais, foi recebido pelo senador Eunício Oliveira, presidente da Casa, que recebeu o Manifesto da Advocacia Brasileira. O documento elenca graves falhas do Judiciário, como ausência total de juízes e servidores em muitas comarcas e as constantes violações de prerrogativas da advocacia.

Em seguida, a Marcha visitou os senadores Simone Tebet, Cássio Cunha Lima e Álvaro Dias, três dos apoiadores do recém-aprovado PLS 141 – que tipifica penalmente a violação de prerrogativas da advocacia e o seu exercício ilegal.

Na reunião com Eunício Oliveira, Lamachia destacou a importância do assunto. “O tema é muito caro à advocacia e à sociedade brasileira. Manifestamos nossa preocupação com a chamada capacidade instalada do Poder Judiciário. Hoje, no Brasil, faltam juízes e servidores em inúmeras comarcas, o que representa um gravíssimo problema. Quando a sociedade busca o Poder Judiciário, ela busca leis fundamen-

tais da vida como liberdade, patrimônio e honra. Isso tem sido prejudicado pelo não provimento de mais de 10 mil cargos de juízes Brasil afora”.

O presidente nacional da Ordem frisou ainda que quem sofre com o descaso é o cidadão, que paga uma das mais altas cargas tributárias do mundo, mas não tem o retorno em políticas públicas básicas. “É sabido que já não há saúde, educação, segurança e, agora mais do que nunca, a própria prestação jurisdicional. É esta luz que queremos que os parlamentares tenham, notadamente em um momento em que se especula a criação de um fundo eleitoral de R\$ 3,6 bilhões. Se não há recursos para o que é básico, de onde virá essa cifra voluptuosa?”, indagou.

O presidente da Ordem agradeceu

à senadora Simone Tebet pelo empenho da parlamentar em dois Projetos de Lei: o PLS 141, recentemente aprovado, e o PLC 62, que ela relatou, já convertido em lei e que garante direitos às advogadas grávidas ou lactantes. O senador Cássio Cunha Lima, autor do PLC 62, também foi alvo de agradecimentos, assim como Álvaro Dias, um dos apoiadores do PLS141.

Presenças - Estiveram presentes na visita da Marcha das Prerrogativas ao Senado Federal, além do presidente Lamachia, o vice-presidente nacional da OAB, Luis Cláudio Chaves; o diretor-tesoureiro Antonio Oneildo Ferreira; o presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia, Jarbas Vasconcelos, e o vice Cássio Telles; o procurador Nacional de Defesa das Prerrogativas, Charles Dias, e o procurador-adjunto Raul Fonseca; os presidentes de Seccionais Marcos Vinicius Jardim (AC), Fernanda Marinela (AL), Marco Aurélio Choy (AM), Luiz Viana (BA), Marcelo Mota (CE), Homero Mafra (ES), Lúcio Flávio Siqueira (GO), Antonio Fabrício (MG), Mansour Karmouche (MS), Leonardo Campos (MT), Alberto Campos (PA), Paulo Maia (PB), Ronnie Duarte (PE), José Augusto Noronha (PR), Paulo Coutinho (RN), Andrey Cavalcante (RO), Paulo Brincas (SC), Henri Clay Andrade (SE), Marcos da Costa (SP) e Walter Ohofugi (TO), além de conselheiros federais, presidentes e membros de comissões de Prerrogativas das Seccionais da OAB.

OAB-MT propõe medidas em defesa da mulher advogada no IV Encontro Nacional de Prerrogativas

O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) da OAB-MT, André Stumpf, participou do IV Encontro Nacional de Prerrogativas no Conselho Federal da OAB, em Brasília, realizado no dia 21 de agosto.

Ele integrou o grupo de trabalho sobre buscas e apreensões em escritórios. Entre os temas debatidos pelo grupo, estavam as propostas de atuação da OAB, mandados genéricos, tempo mínimo para aviso da OAB, busca e apreensões de computadores, auto de busca e apreensão, excesso de viaturas e contingentes, ente outros.

Uma das propostas do grupo é de que a Comissão e Procuradoria Nacionais de Defesa

das Prerrogativas busquem, junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Ministério da Justiça, a definição de uma mínima regulamentação para o fiel cumprimento do que estabelece a Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

Entre as proposições que integram o relatório do grupo está a de autoria de André Stumpf, que estabelece que os cumprimentos dos mandados de busca e apreensão em casa de mulheres advogadas deverão ser feitos por agentes do sexo feminino, evitando-se o constrangimento na busca de documentos ou bens em compartimentos íntimos e preservando-se a dignidade da mulher.

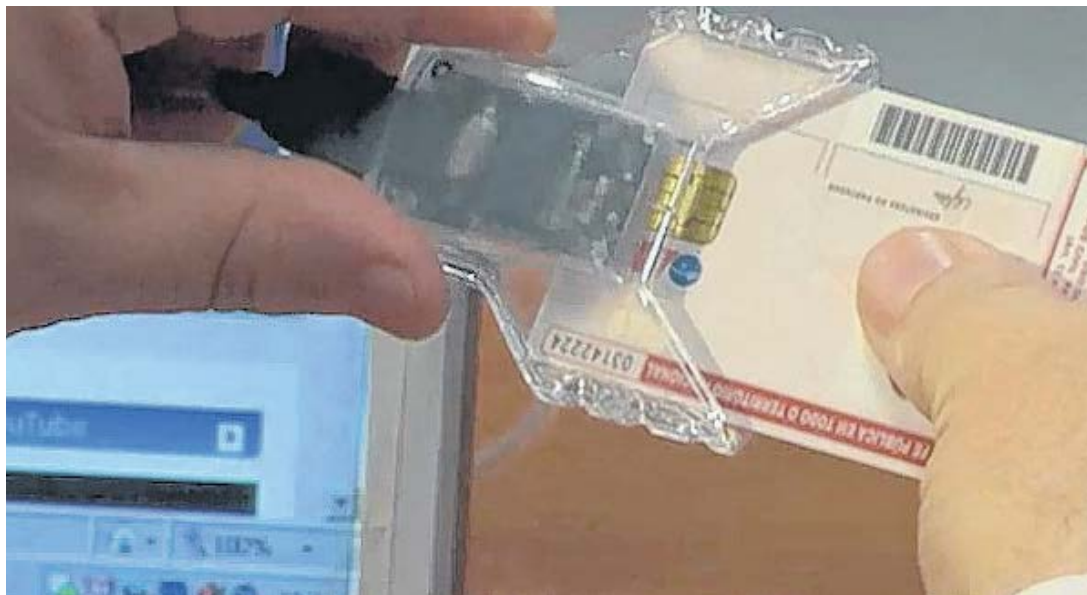


TJ atende pedido da OAB-MT e amplia capacidade de anexos no PJe

A pedido da OAB-MT, o Tribunal de Justiça (TJMT) ampliou a capacidade de uploads de arquivos digitais anexos na plataforma do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Desde o dia 2 de agosto, os arquivos de texto e imagens são comportados com incremento de 333%, de acordo com informações do TJMT, e os de áudio dobraram o limite. O pedido da OAB-MT foi feito em março deste ano, através da Comissão de Direito Eletrônico (Codel).

As alterações foram feitas em arquivos PDF e imagem PNG, que saltaram de 1,5 Mb para 5 Mb, e de áudio em MP3, de 5 Mb para 10 Mb. Vídeos (MP4) também podem ser carregados hoje com até 10 Mb.

A Codel fez a solicitação a partir do volume de reclamações de advogados e advogadas que não conseguiam anexar petições e outros documentos maiores “sendo necessário diariamente se utilizarem de outra ferramenta computacional extra ao PJe, de difícil operação, para diminuir o tamanho dos



arquivos, face ao PJe possuir limites baixos para sua anexação”.

“O Tribunal, sensível a essa situação, acatou o nosso pedido, ainda que de forma parcial. Segundo eles, é o melhor a ser feito nesse instante, exatamente porque existem várias localidades no interior em que o acesso à Internet é bem precário, alguns nem o têm. Além disso, o incremento aumentará o tempo de co-

nexão de upload/download dos arquivos pelos usuários no PJe, outrossim, tais mudanças são compatíveis com a infraestrutura atual do Tribunal. A Codel tem ciência da precariedade dos serviços de Internet, principalmente nos mais distantes rincões de Mato Grosso, e concorda com os detalhes técnicos ditos pelo TJ”, ponderou o presidente da Comissão, o advogado Gonçalves Adão.

No pedido da Ordem, os incrementos dos arquivos para uploads vão ao encontro dos existentes no PJe do Conselho Nacional de Justiça, que enumera 10 programas distintos com seus limites máximos de capacidade, já que o artigo 13 de sua Resolução 185/2013 menciona que o tamanho máximo será definido pelo Tribunal ou Conselho.

O advogado Gonçalves Adão ainda observou que, diante desse pleito, o TJMT passou inclusive a possuir norma que irá regular os tipos e tamanhos máximos de arquivos suportados no PJe, atendendo ao teor da Resolução 185/2013 do CNJ.

“Importante essa providência do Tribunal de Justiça para que a ferramenta opere com plenitude e garanta o amplo espaço virtual em benefício dos processos e, consequentemente, das partes. As plataformas tecnológicas precisam ser meios de facilitar o trabalho cada vez mais”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Comissão de Conciliação participa de certificação de mediadores

A Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OAB-MT participou da solenidade de entrega de certificados a 182 mediadores judiciais de Mato Grosso, ocorrida no dia 21 de agosto, na sede do Tribunal de Justiça (TJMT). A realização foi promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) para tornar os 182 certificados novos auxiliares oficiais da Justiça estadual.

A presidente da Comissão, Nalian Cintra, representou a OAB-MT. “O mediador judicial é um título a mais que o mediador conquista, porque ele tem 40 horas de teoria e mais 80 horas, conforme o CNJ, de prática. Isso significa um plus para termos maior qualidade no exercício da mediação judicial”, comemorou.

A presidente do Nupemec, de-



sembargadora Clarice Claudino da Silva, destacou a importância de formar cada vez mais pessoas que valorizam a solução de conflitos por meio de métodos consensuais.

“Esse é um marco muito valorizado pelo Nupemec porque é resultado

de muito esforço, muita busca para aprimorar e certificar as pessoas que estão em condições de prestar um serviço de boa qualidade para a sociedade. Quando a gente olha a estatística de que quase três mil pessoas já foram capacitadas, parece pouco fazer a

certificação de quase 200 dessas pessoas. Mas não é. As sementes têm que ser espalhadas em abundância em um primeiro momento para que o maior número possível possa cair em solo fértil”, mencionou a magistrada.

Em Mato Grosso, a atividade pro-

fissional de mediador já está regulamentada. A Lei nº 10.555, sancionada pela Assembleia Legislativa no dia 19 de junho deste ano, versa sobre a regulamentação das atividades e a remuneração dos mediadores, alçados como auxiliares da Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso.

Nalian Cintra destacou a disposição desses novos profissionais certificados para concretizar a mediação. “Esses 182 mediadores judiciais certificados, numa seara de aproximadamente 3 mil pessoas que já passaram pela teoria, estão entre aqueles que realmente tiveram interesse em levar a diante a mediação judicial, uma vez que todo período dessas 80 horas eles atuam voluntariamente. Ou seja, é uma forma de mostrar uma dedicação, em querer com que de fato a mediação seja exercida com muito mais qualidade”.

Representante da OAB-MT provoca debate sobre ausência feminina em papéis decisivos

Percentual de 53% do eleitorado brasileiro feminino frente a 9% de mulheres em atuação legislativa no Congresso Nacional foi o dado usado como exemplo da ausência de participação delas nas instituições decisivas da sociedade brasileira pela presidente da Comissão de Direito da Mulher e secretária-geral adjunta da OAB-MT, Gisela Cardoso. Sua fala compôs o painel “Igualdade de Gênero” no Seminário Mulher e Mídia, promovido pela Defensoria Pública de Mato Grosso e sediado no auditório da OAB-MT, no dia 4 de agosto.

“É preciso despertar o interesse da mulher para querer o seu empoderamento na sociedade, na política, nas instituições. Estamos falando de igualdade de gênero. Onde ela está? Está na Constituição, na nossa lei maior, em mais de um artigo. Se ela garante essa igualdade, por que isso não se aplica, por que na prática, não temos essa igualdade? Nem nos lares, no trabalho, na política temos essa igualdade. Isso exige uma mudança comportamental dentro de cada uma de nós. Onde estamos nós, mulheres, que não na luta por essa igualdade?”, provocou a advogada.

O Seminário Mulher e Mídia promoveu diversas discussões com representantes das áreas do Direito, de movimentos de pesquisa e sociais cuja



mulher é a bandeira e jornalistas, com o propósito de estabelecer uma conexão entre o sistema de justiça e a imprensa sobre a forma como a mulher vem sendo tratada na mídia. O comportamento misógino foi uma das preocupações levantadas pela jornalista Marisa Sanematsu, do Instituto Patrícia Galvão, convidada para executar a palestra magna do encontro.

“A gente percebe esse comportamento quando vemos assassinatos de mulheres, agredidas de forma a serem atingidas em seus pontos de maior feminilidade. São desfiguradas, atingidas nos seios ou nas genitálias. Isso demonstra o comportamento de eliminar a figura da mulher, ou seja, além de um assassinato, um ato de misoginia. E é na educação que se vai frear isso, quando se constrói relações de respeito nas gerações que estão sendo formadas, com as crianças res-

peitando as diferenças sem terem que recorrer à violência. A manutenção dessa educação para violência, infelizmente, não está só na mídia, mas nas escolas, nos lares... É preciso frear essa escalada da misoginia, homofobia, do racismo. Todo mundo tem o direito de ser o que acha que é”, ponderou a pesquisadora.

A defensora pública e jornalista Sandra Cristina Alves, presente no painel “Defensoria Pública, Sociedade e Imprensa”,

lembrou a importância da relação ética entre fonte e jornalista para construção de temáticas de interesse social com idoneidade. “O jornalista é um profissional íntegro, sincero e que está ali realizando seu trabalho. Uma coisa que aprendi é manter um relacionamento ético, mas o que a gente vê é, infelizmente, promotores, defensores, juízes recuando desse relacionamento, o que prejudica muito a atuação, pois o jornalista não é técnico em Direito”.

A presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Jocielene Barboza dos Santos, levantou a necessidade de se controlar o uso e o acesso à chamada mídia espontânea, as redes sociais, em virtude da exposição pessoal. “A internet tem construído um tecido social novo. Consegue criar uma rede de comunicação à qual ainda não estamos completamente habituados. Nesse sentido, tem

adolescente de 13 anos transando na rua com dez meninos e o vídeo desse ato de barbárie entra nas redes sociais. Trata-se de uma mídia sem controle produzida por crianças que estão se tornando selvagens. Isso precisa ser freado”.

Exposição feminina na mídia traz o viés das mulheres brasileiras. Demonstra a imagem de uma sociedade capitalista e com uma mulher sempre pronta para vender produtos de limpeza, da cozinha e de consumo que satisfaz o sexo oposto. Foi desta forma que se posicionou a professora doutora e coordenadora do Núcleo de Estudo sobre a Mulher e as Relações de Gênero (Nuepom) da Universidade Federal de Mato Grosso, Madalena Rodrigues. Após contextualizar a trajetória de luta por direitos à igualdade travada por mulheres no mundo e no Brasil, a palestrante criticou a falta de engajamento social para que mulheres passem a ser vistas por sua capacidade intelectual.

“A Secretaria de Mulheres acabou no atual governo, assim como a de Direitos Humanos, órgãos delegados a último plano. As forças conservadoras estão nos passando rasteira e a gente está fazendo o que? A violência contra a mulher continua sendo tratada apenas como caso de polícia, não como uma questão de desigualdade. Temos que lutar por uma equidade de gênero, o que significa garantir as mesmas oportunidades a todos. Precisamos de uma mídia que fale a verdade para conquistarmos isso. Porque as diferenças não matam, o que mata são as desigualdades”.

Cojad requer criação do Conselho Municipal da Juventude

Membros da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT entregaram ao então prefeito de Cuiabá em exercício, o advogado Niuan Ribeiro, o requerimento para a criação do Conselho Municipal da Juventude.

A reunião foi realizada no Palácio Alencastro no dia 15 de agosto. Cientes do papel que a OAB exerce como advogada da sociedade e conhecedores da relevância da agenda a ser cumprida em favor da juventude, os representantes da Cojad apresentaram a proposta e se colocaram à disposição da Prefeitura de Cuiabá para

a elaboração e execução do projeto.

“Gostaria de parabenizar a iniciativa, vejo com ótimos olhos. Sei que o prefeito Emanuel Pinheiro vê também com ótimos olhos, e o fato concreto disso sou eu. A juventude sofre muito preconceito pela falta de experiência. Ninguém tem experiência sem ter oportunidades, é praticamente impossível, é uma ambiguidade”, comentou Niuan Ribeiro.

O prefeito em exercício também reconheceu a importância da OAB-MT para a sociedade e sua colaboração no projeto, empenhando sua palavra para instituição do Conselho.



OAB-MT realiza maior evento de sua história

Com o maior público do Centro-Oeste já reunido para debater o Direito em todas as suas vertentes de aplicação, a OAB-MT comemora a realização da XX Conferência Estadual de Advocacia, em conjunto com a XX Semana Jurídica, ocorridas entre os dias 16 e 18 de agosto, em Cuiabá. Cerca de 4 mil pessoas de todo o Estado acompanharam as palestras de 40 especialistas de renome nacional e foram as protagonistas de intensivas horas de aprendizado sobre o que há de mais atual no pensamento e no ordenamento jurídico brasileiro.

“A conferência mostrou-se o principal e mais importante evento da história da OAB-MT e o maior evento jurídico do Centro-Oeste neste ano. Serviu para, no meio acadêmico, aliado com o meio profissional, debatermos as tendências do Direito com os maiores juristas do país. Ela cumpriu com a sua função institucional de debater o Direito em todos os seus ramos, de levar informação, atualizando a advocacia com o que há de mais novo no pensamento jurídico brasileiro. Saímos da conferência com um saldo extremamente positivo, surpreendidos positivamente e agradecidos à advocacia que atendeu ao nosso chamado e fez da Conferência esse enorme acontecimento”, classificou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Entre palestra-cantada sobre a evolução da família brasileira nos últimos dois séculos, debates sobre o que há de mais polêmico no novo Código do Processo Civil, os prejuízos e a apli-



cabilidade da Reforma Trabalhista, os avanços necessários quanto ao respeito às prerrogativas da advocacia, polêmicas operações e decisões criminais no país e a correta aplicação de recursos públicos, muitos foram os temas discutidos durante os três dias de Conferência.

“Achei muito interessante as abordagens de todo o evento, dos painéis, das palestras da noite, que trazem bem para realidade dos dias atuais. Está tudo muito bacana”, avaliou a estudante de Direito Bruna Alves, que acompanhava um dos painéis da Conferência na manhã do dia 17.

O depoimento da participante foi ao encontro da sensação de outros membros da diretoria da entidade sobre o evento. “Nós saímos daqui revigorados. Três dias de intenso debate, doze painéis simultâneos durante a manhã e eventos magnos no início, no meio e no encerramento. Muito obrigado pela presença e por fazerem deste evento o maior da advocacia na história da OAB-

-MT. Estamos muito orgulhos e agradecidos. Sairemos daqui como operadores do Direito muito mais qualificados”, dirigiu-se ao público das últimas palestras noturnas do evento, no dia 18, o secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda.

Contemporaneidade - A pauta da sociedade brasileira fez-se presente durante todo o encontro, desde a fala inicial do presidente do Conselho Federal da OAB, Cláudio Lamachia, que tratou da Reforma Política cujo projeto de lei está em curso para aprovação, até as questões de direitos trabalhistas retirados da população com a já aprovada Reforma.

Além do acesso estreito ao conhecimento de especialistas como o doutrinador de Direito Tributário, Eduardo Sabbag, o de Direito Penal, Guilherme Nucci, o polêmico advogado criminalista, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Arantes, a advogada mestre em Direito Processual Civil, Este-

fânia Viveiros, o público pode conferir suas principais obras literárias e garantir os autógrafos no evento.

“Uma das grandes vantagens que trouxe essa Conferência, além de apresentar e aproximar a própria OAB-MT da sociedade acadêmica do Direito, foi atingir e demonstrar para as lideranças nacionais que Mato Grosso está unido e tem voz ativa no cenário nacional. Vieram grandes nomes nacionais e, como foi declarado por vários palestrantes, já haviam participado de eventos daquela magnitude, mas nas grandes capitais. Foi uma surpresa para eles saberem que uma cidade como Cuiabá já tem porte para realizar um evento grandioso como foi”, comentou o diretor presidente da Escola Superior de Advocacia (ESA-MT), também organizadora do evento.

Integrante do painel sobre Direito Penal do segundo dia da Conferência, o doutor em Direito Político e Direito Econômico, Humberto Fabretti, comentou que o modelo do evento deveria ser copiado por todas as demais seccionais. “O evento foi espetacular, desde ontem (abertura) está se demonstrando grandioso, com grandes nomes da advocacia, do cenário jurídico. É um modelo de evento que deveria ser copiado por todas as outras unidades da federação, um momento pra se discutir os principais problemas do país, organizado, tecnicamente muito bem selecionados os palestrantes e um evento que me deu muito orgulho de participar”.

Novo fôlego para atender classe e sociedade de MT

A partir da realização da XX Conferência Estadual da Advocacia, juntamente à XX Semana Jurídica, a OAB-MT ganha novo fôlego para atender os anseios da classe e estar cada dia mais próxima das demandas sociais que Mato Grosso tem. Essa foi a avaliação do diretor presidente da ESA-MT, Marcos Lorga, que liderou o trabalho de organização do evento. Para ele, a magnitude do evento demonstrou mais a representatividade do Estado no cenário nacional.

“A conferência estadual de Mato Grosso foi um marco histórico. Foi histórico para o ensino jurídico, para a instituição OAB também, inclusive na questão de representatividade. A partir de

então, nós, obviamente, seremos mais demandados sim pela sociedade e estamos preparados”, reforçou o advogado.

A impressão do presidente nacional da OAB, Cláudio Lamachia, sobre o evento foi outro ponto destacado por Lorga para demonstrar a representatividade da Conferência no cenário nacional. “Esse marco na representatividade da OAB, da nossa seccional Mato Grosso, também teve um impacto na OAB nacional. O presidente Lamachia divulgou isso amplamente, o que houve aqui, demonstrando a força, o destaque do trabalho do nosso presidente Leonardo Campos. Isso é extremamente importante, porque temos que ter uma voz falando por nós lá em Brasília, levando os anseios da classe.



É essa liderança que nós temos hoje, dentro de Mato Grosso. É uma gestão democrática, que nos permite trabalhar”.

O esforço de todos os envolvidos na organização, durante meses, na execução e na participação da Conferência também foi lembrado pelo diretor da ESA-MT. “O sucesso da Conferência, destaque, foi principalmente pela questão do esforço de todos os presidentes de comissões, da

diretoria... Não se atinge o sucesso de um evento de tamanha proporção sozinho. A gente tem que compartilhar esse sucesso com todos que se mobilizaram. A gente percebe claramente, após a Conferência, que os presidentes de subseções estão mais animados, que os presidentes de comissões da OAB estão mais animados e querendo produzir. E nós estamos prontos para receber essa demanda”, finalizou.

‘Falta gestão eficiente no Brasil, não dinheiro’, assevera tributarista

De janeiro deste ano até meados de agosto já foram recolhidos R\$ 16,921 bilhões em impostos em Mato Grosso. O valor é 9,7% maior que em igual período de 2016, quando foram R\$ 15,425 bilhões. A previsão é que até o fim deste ano sejam arrecadados R\$ 27,158 bilhões no Estado, considerando tributos municipais, estaduais e federais.

No Brasil, a arrecadação de imposto foi 8,87% maior no mesmo intervalo de tempo, passando de R\$ 1,243 trilhão para R\$ 1,353 trilhão, entre 2016 e 2017, respectivamente. Os dados são do Impostômetro e revelam que, mesmo em tempo de recessão, o cidadão brasileiro é obrigado a pagar mais impostos, trabalhando 153 dias por ano só para sustentar o governo.

“Isso significa que o brasileiro trabalha de janeiro a maio só para pagar impostos. Mas de junho a dezembro, o trabalha-

dor não trabalha para si próprio, e sim para prover serviços que o Estado ineficiente não consegue prover, tais como saúde, educação e segurança pública”, declarou o doutrinador e professor de Direito Tributário, Eduardo Sabbag.

Sabbag palestrou na manhã de 18 de agosto, na XX Conferência Estadual da Advocacia e XX Semana Jurídica. Na explanação sobre a carga tributária no país, o professor comentou que no Brasil os abusos cometidos na esfera da administração pública com a criação de leis que assoberbam o bolso



do brasileiro é uma demonstração clara da ineficiência dos governantes em administrar o dinheiro público.

O doutrinador explicou que o

exemplo mais recente de abuso na ordem econômica foi o aumento do PIS e Cofins no combustível. “Em momentos de retração econômica, a única coisa que se ouve dos governos é aumento de impostos. Enquanto cidadãos, precisamos exigir que o Estado cumpra seu papel em relação à administração dos tributos”.

E continuou: “O presidente Michel Temer fez o aumento das contribuições por meio de decreto e com vigência imediata, desrespeitando dois princípios basilares do Direito Tributário, que é o da anterioridade, necessário para adaptação da sociedade, e o princípio da segurança jurídica”.

Ministra deixa claro que leis trabalhistas vão além da Reforma

Depois de demonstrar o quanto a recém-publicada Reforma Trabalhista é prejudicial ao trabalhador brasileiro, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Delaíde Alves Mirande Arantes, aliviou o público da XX Conferência Estadual da Advocacia sobre a forma como os magistrados seguem julgando ações dessa natureza no país: com base na legislação trabalhista, que é muito mais ampla do que a norma trazida com a nova lei (13.467/2017).

Sua ponderação aconteceu durante a última noite do evento, no dia 18 de agosto, como uma das palestras de encerramento. Delaíde Arantes informou que há setores da magistratura trabalhista que estão debatendo a aplicabilidade da lei em virtude de vários aspectos de inconstitucionalidade e retirada de direitos adquiridos por trabalhadores ao longo da história, mas que a lei será aplicada pelo fato de ter tramitado como determina o ordenamento jurídico brasileiro no esta-

do democrático de direito.

“Eu digo que aplicaremos a lei porque nós vivemos em democracia, foi aprovada no Congresso Nacional e o meu compromisso é de julgar, de fazer justiça. Então, do meu ponto de vista, a magistratura trabalhista vai sim aplicar a lei. Mas a legislação trabalhista não é a lei da Reforma Trabalhista. É integrada por normas internacionais, por tratados internacionais, tanto os relativos ao trabalho quanto os relativos aos direitos humanos,

os direitos trabalhistas foram constitucionalizados em 1988. A interpretação da lei será sistemática, levando em conta a legislação trabalhista e não a lei da Reforma Trabalhista de forma isolada”, esclareceu a ministra.

Por fim, a magistrada deixou um recado aos empregadores: “Eu recomendo cautela, porque um dos grandes motes dessa reforma é o receio de passivo trabalhista. Para se preservar de passivo trabalhista é preciso muita cautela”.

Kakay critica apoio massivo a abusos das garantias fundamentais



“Manicômio judiciário e tratamento psicológico é o que precisa a Operação Lava Jato para que aprenda a viver com a sociedade”, disparou o polêmico advogado criminalista e conhecido pelas defesas de acusados em casos de repercussão nacional, como o Mensalão, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Para o advogado, combater a corrupção é de suma importância, mas não podem existir irregularidades que supostamente vêm ocorrendo em investigações no país.

“Estamos vivendo um momento punitivo na sociedade brasileira. A Operação Lava Jato, cuja importância sempre defendi, pois revela uma capilaridade da corrupção, deve ser pautada pela legalidade, mas não admito que nenhum juiz, membro do Ministério Público ou força policial diga que queira combater a corrupção mais do que eu”, declarou o advogado.

Kakay palestrou durante a manhã do dia 17 de agosto no painel “Transformações na Ordem Social, Econômica e Regulação” da XX Con-

ferência Estadual da Advocacia. A crítica dele contra a Lava Jato se subsidia no fato de que a operação tem se valido da prisão preventiva e de conduções coercitivas para induzir os suspeitos à realização da colaboração premiada.

“Sou a favor da colaboração premiada, mas é inadmissível que este instituto jurídico seja utilizado de forma abusiva, por meio de métodos que só servem para expor os suspeitos à opinião pública por meio da espetacularização midiática”, destacou o advogado.

Palestra-cantada contagia público

O encerramento da XX Conferência Estadual da Advocacia foi de muita informação sim, mas de muita cultura popular também. A palestra-cantada do juiz do trabalho Rodolfo Pamplona Filho levantou a plateia que permaneceu até o final do evento, no dia 18, acompanhando a trajetória da família brasileira entre os séculos XIX e XXI, conforme o ordenamento jurídico e ao embalo de canções da MPB e muita poesia.

A trajetória da mulher delineou a palestra do magistrado. “Eu tenho que começar pelo centro do universo, e qual é? Só há um, é a mulher. Não se pode ensinar Direito de Família na contemporaneidade sem perceber todo um sistema normativo que reprimia a mulher. Na verdade, a história da modificação da disciplina normativa das relações de família no Brasil coincidiu com onde ficou essa mulher no sistema normativo”.

E, assim, deu-se a sequência

de canções sobre as angústias, lutas e conquistas da mulher na sociedade brasileira: “Mulheres de Atenas”, usada para relatar a exclusão feminina do sistema de personalidade e de capacidade plena com o Código Civil de 1916; “O Casamento dos Pequenos Burgueses”, para entender o casamento conforme o Código Civil, que legitimava as relações sexuais; “Trocando em Miúdos”, para demonstrar o momento do antigo desquite; “Essa Moça Está Diferente”, para definir a mulher que sabia o que não queria mais e certa do que queria, e “Mil Perdões”, para retratar a infidelidade e o comportamento masculino em relação aos fatos, com as músicas de Chico Buarque.

Outras composições demonstra-

ram a conflituosa e intensa convivência entre homens e mulheres, subjugada ao ordenamento jurídico brasileiro no repertório de Pamplona Filho: “Eu não Sou Cachorro Não” (Waldick Soriano), “Pare de Tomar a Pílula”, de Odair José, “Ciúmes”, de Ultraje a Rigor, “Drão”, de Gilberto Gil, “Dois Amores”, de Fernando Mendes, também foram interpretadas por ele. Além de suas poesias, por vezes recitadas no evento.

No final do espetáculo, Pamplona Filho despediu-se com a mensagem de que as relações de família mudaram “a casaca”, como classificou, mas a essência continua a mesma. “Fundamental é mesmo o amor, é impossível ser feliz sozinho”, cantou como Tom Jobim em “Wave”.



Organizadores prestam homenagem ao idealizador da Semana Jurídica

O idealizador da Semana Jurídica, o coordenador do curso de Direito da Universidade de Cuiabá (Unic), Antônio Alberto Schommer, recebeu uma homenagem da OAB-MT e da ESA-MT, em reconhecimento ao esforço de realizar e apoiar o evento há quase 20 anos. A homenagem foi concedida no encerramento da XX Conferência Estadual da Advocacia e da XX Semana Jurídica na noite do dia 18 de agosto.

O professor e presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB-MT, José do Patrocínio, conduziu a honraria e entregou a placa confeccionada especialmente ao professor Schommer. “Ele é aquele que representa o professor dos professores, o mestre dos mestres. A homenagem é em nome de todos, colegas advogados e advogadas, acadêmicos, professoras e professores para aquele que foi o embrião, o idealizador de tudo isso, a semente, a força, o projeto, aquele que

fez a gente trabalhar. Estou falando de um educador na real concepção da palavra”, saudou.

Antônio Schommer, após receber a placa, contou um pouco da história de realização das semanas jurídicas. “Em 1997, minhas turmas terminaram o estudo da família e sucessões e eu havia prometido a elas a fazer um pequeno simpósio de Direito Civil. Fizemos com vários autores sobre os quais os alunos haviam estudado. O então reitor da universidade foi ao encerramento desse simpósio e ele se maravilhou por ver praticamente todos os alunos lá entusiasmados. No final, me chamou de lado e disse: você tem coragem de fazer um projeto desses para todo o curso de Direito? Se tiver apoio, tenho. E foi aí que começou tudo”, relatou agradecendo o apoio de alunos e professores em todas as semanas jurídicas que realizou.

O secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda, aproveitou o momento também para agradecer a participação de professores, acadêmicos e da advocacia na Conferência. “Foi um evento pensado, planejado por muitas pessoas. Feito com muito carinho, sendo trabalhado há cerca de um ano para ser esse sucesso, que não o seria sem a presença de todos vocês”.

OAB-MT adere ao movimento “Sobrou pra Você”

Na tarde do dia 17 de agosto, durante a reunião do Conselho Seccional, instância máxima da OAB-MT, a entidade marcou sua adesão oficial ao movimento “Sobrou pra Você”, no Centro de Eventos do Pantanal, mesmo espaço.

“Esse é um movimento que coaduna com os movimentos da Ordem. Por isso a Ordem, hoje, manifesta seu apoio”, disse o presidente da Seccional Mato Grosso, Leonardo Campos. No ano passado, a OAB-MT, em conjunto com a OAB-PR, deu início a um movimento no sistema OAB que se estendeu para todo o país, o “Mais Respeito, Menos Impostos”, que tem, justamente, os mesmos princípios do Sobrou pra Você.

Leonardo Campos destacou que o povo brasileiro não pode, mais uma vez, pagar a conta de uma gestão sucessiva de governos que tem se mostrado desastrosa para a economia do país. “É muito simplório, quando a economia não vai bem, debitar isso na conta do cidadão brasileiro aumentando a carga tributária”, concluiu.

Foi essa mesma indignação que motivou os membros de um grupo

formado no Whatsapp a sair da mídia social e se mobilizar contra o aumento da carga tributária. Trata-se de uma campanha de conscientização do cidadão que é quem acaba pagando a conta da má gestão dos recursos públicos no país, conforme explica um dos membros do movimento Sobrou pra Você, Gustavo Nascimento.

A iniciativa, que surgiu há menos de um mês em Cuiabá, já conta com o apoio de mais de 30 entidades e 20 mil pessoas assinando o manifesto. “É um movimento que veio com muita propriedade representando os anseios da população”, disse. O próximo passo é a criação de um fórum de discussão abrangendo todos os segmentos para formatar as ideias e apresentá-las aos gestores públicos.

“A Ordem, enquanto líder da sociedade civil organizada, enquanto voz constitucional do cidadão, entende que esses princípios coadunam com sua ideologia e, portanto, o apoia”, reiterou Leonardo Campos.

Para assinar o manifesto e saber mais sobre o movimento Sobrou pra Você, acesse o site <http://www.sobroupravoce.com.br/>.



OAB-MT pede quebra de sigilo da delação de Silval e acompanha desenrolar

Diante das divulgações seletivas com que estava sendo tratado o termo de delação premiada do ex-governador Silval Barbosa, a OAB-MT efetuou, no dia 21 de agosto, o pedido de levantamento do sigilo do depoimento junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). No mesmo dia, a Corte derrubou o sigilo das declarações do ex-governador feitas à Procuradoria Geral da República, homologadas no dia 9 de agosto pelo ministro do STF Luiz Fux.

Antes disso, já com acesso ao conteúdo das informações prestadas pelo ex-governador, o ministro do STF afirmou que se tratava de uma “delação monstruosa”. Desde meados de abril, quando tiveram início as especulações sobre a possível delação de Silval Barbosa, uma série de informações publicadas pelo noticiário re-

gional e nacional assolava a sociedade mato-grossense de dúvidas.

“O momento exige maturidade e serenidade. Todas as vezes que o Brasil precisou, a Ordem não se furtou e, agora, não será diferente, vamos continuar agindo em defesa da sociedade”, declarou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Uma das motivações foi justamente o fato de que, tendo em vista que o que já vinha sendo noticiado até então, envolvendo ministro, senadores, deputado federal, deputados estaduais, prefeitos, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE), ex-parlamentares, servidores públicos e empresários, e em atenção aos princípios da ampla defesa e contraditório, da publicidade e do acesso à informação, os acusados teriam a possibilidade de vir a público prestar as

devidas explicações para a sociedade.

“No entanto, não é isso que temos observado”, ressaltou o presidente da OAB-MT. “O que deveriam ser explicações não convencem, pior, debocham da cara da sociedade e algumas ainda usam subestimar a inteligência do povo”, completou.

Leonardo Campos disse compreender a necessidade de sigilo para assegurar as investigações, no entanto, diante do conteúdo que já havia se tornado público, a sociedade merecia saber o que realmente aconteceu ou está acontecendo, não se podendo admitir que dúvidas pairassem sobre agentes públicos. “Há que se ter sempre em mente os princípios constitucionais da publicidade e acesso à informação”, completou.

A OAB-MT vem acompanhando atentamente todo o processo legal que se desenrola a partir da delação do ex-governador e, sempre que necessário, adotará as medidas cabíveis como representante da sociedade civil.

Já foram instaurados pelo STF sete inquéritos para investigar os supostos crimes apontados por Silval Barbosa e, com o desdobramento das investi-



gações, caberá ao Ministério Público a apresentação das ações cíveis e penais.

“Contudo, mais do que nunca, nesse estado degradante de desqualificação moral que vive a classe política, é imprescindível que a população assuma seu papel de fiscal também. Temos que cobrar de todas as entidades cabíveis que instaurem os procedimentos necessários para apuração da verdade e devida punição dos culpados”, comentou Leonardo Campos.

Ordem sugere padronização em mandados de busca e apreensão

Em reunião com o secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, Rogers Jarbas, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e o vice-presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Maurício Magalhães Farias Neto, sugeriram a adoção de um procedimento padrão na expedição de mandados de busca e apreensão em face de profissionais da advocacia por parte da Polícia Judiciária Civil (PJC).

Conforme preceitua o parágrafo sexto do artigo 7º da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de seu escritório, local e instrumentos de trabalho e suas correspondências por meio de decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB.

Ainda, de acordo com o dispositivo, é vedada a utilização dos documentos, mídias e objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

Assim, a fim de que se cumpra es-

tritamente o que determina a legislação, assegurando a participação de representante da Ordem durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão em face de profissional da advocacia, mas também zelando pela garantia do procedimento, a OAB-MT irá sugerir a adoção de um procedimento padrão.

A proposta é que o documento mantenha o devido sigilo acerca de nome e endereço dos alvos do mandado a ser expedido, contudo, o representante da Ordem poderá se apresentar à autoridade no horário pré-definido na comunicação para acompanhar a ação na forma prevista em lei.

Para Rogers Jarbas, a adoção de um procedimento padrão é muito salutar para a PJC e a medida deverá ser analisada prontamente.

O cumprimento de mandados de busca e apreensão em face de advogados foi alvo de um grupo de estudos no IV Encontro Nacional de Prerrogativas da OAB em 21 de agosto. A iniciativa, que já começou a ser tratada em Mato Grosso, deve ser levada pelo Conselho Federal ao Ministério da Justiça e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) buscando uma mínima regulamentação para o fiel cumprimento da lei no que diz respeito ao tema.

Presidente da Amam participa de reunião do Conselho da OAB-MT

Apolêmica envolvendo os subsalários da magistratura em Mato Grosso, que ganhou destaque nacional nos últimos dias, foi discutida durante a reunião do conselho seccional da OAB-MT de agosto. O presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam), José Arimatéa Neves Costa, participou do encontro para explicar a questão à advocacia.

Durante a reunião da instância máxima da OAB-MT, o magistrado esclareceu que o valor superior a R\$ 500 mil pago a um juiz mato-grossense no último mês refere-se a uma verba trabalhista de 13 anos.

Ele pondera que a situação econômica do país é preocupante, no entanto, destaca que o Brasil sempre viveu em crise. “Se a Justiça for esperar passar a crise para pagar o direito de cada um, melhor fechar os fóruns e os

tribunais do Brasil”, comentou.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, esclareceu que é postura da Ordem defender a melhoria na remuneração dos magistrados e membros do Ministério Público, especialmente como forma de evitar o pagamento de auxílios afim de se aumentar ou complementar o subsídio e burlando o teto constitucional.

Como advogada da sociedade, a OAB já ajuizou uma série de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade desses auxílios.

Contudo, no que diz respeito ao episódio ocorrido em Mato Grosso, o presidente da OAB-MT pondera que tanto o STF quanto o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estão tomando as providências cabíveis.

Em sua segunda edição, Corrida Kids reúne cerca de 250 crianças

Mais uma vez, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) se supera em suas ações. No dia 26 de agosto, em Cuiabá, a entidade reuniu cerca de 250 pequenos atletas na 2ª Corrida da Advocacia Kids. O número de inscritos, se comparado a 2016, registrou um aumento de 70%. As crianças, com idades entre dois e 12 anos, percorreram trajetos com distância

variando de 40 a 300 metros, conforme a faixa etária.

“Este é um projeto idealizado pela Caixa dos Advogados para fomentar a qualidade de vida e bem-estar das crianças. É também um belo momento de confraternização entre pais e filhos. Agradeço a todos que acreditaram nesse evento”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

A 2ª Corrida da Advocacia Kids teve o apoio da OAB-MT e das empresas Sicredi, Unimed Cuiabá, Alé Corretora de Seguros, Tip Top, Casa Prado, Help Vida, Phloraceae Farmácia de Manipulação, Núcleo.Com Tecnologia, Natubom, Onng, Santa Constância, Academia Fórmula, Ginco, Tático Segurança, LJ Representação e Comercial Uemura.



**PALCO PARA AS MELHORES
DISPUTAS.**



SELETIVA PARA OS JOGOS NACIONAIS, EM VITÓRIA/ES.
28/09 A 01/10 ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS CUIABÁ

Apoio



Realização



CAA/MT realiza pelo quinto ano consecutivo a Corrida da Advocacia

Pelo quinto ano consecutivo, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realiza a Corrida da Advocacia. O evento que integra o calendário de celebrações ao Mês da Advocacia ocorreu no dia 27 de agosto, em Cuiabá. Segundo a organização, 1.500 atletas – entre profissionais da advocacia e público geral – participaram.

A novidade para esta edição ficou por conta da alteração dos locais de largada e chegada. Em 2017, a prova migrou do Estacionamento dos Advogados para a Avenida Hélio Ribeiro – fundos do

TRT-MT. Com isso, os percursos de cinco e 10 quilômetros sofreram pequenas alterações, mas nada que desanimasse os participantes. “O percurso exigiu bastante resistência e fôlego, mas gostei muito”, informou a advogada estreada em corridas de rua, Francine de Moura Ribeiro.

Além da boa sinalização do percurso, o advogado Enildo Neves de Souza, destacou como ponto forte os pontos de hidratação dispostos ao longo dos 10 quilômetros percorridos por ele. “Com a temperatura alta e a baixa umidade do ar é importante ter vários postos de distri-

buição de água. A corrida foi muito bem organizada”. Além de água, a CAA/MT colocou à disposição mesas com frutas para a reidratação dos atletas.

“Para nós, é gratificante observarmos o grande número de atletas participantes, especialmente os colegas profissionais do Direito. Isso mostra que estamos no caminho certo quando colocamos em prática um projeto que tem por objetivo proporcionar qualidade de vida por meio do esporte aos advogados e estagiários”, afirma o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

O presidente da OAB/MT, Leonardo Campos, destacou a organização do evento. “A Caixa de Assistência e todos os parceiros estão de parabéns pelo excelente evento. A cada ano, a corrida fica melhor”.

A V Corrida da Advocacia teve o apoio da OAB-MT e das empresas Sicredi, Unimed Cuiabá, Casa Prado, Phloraceae Farmácia de Manipulação, Gincó, Natubom, LJ Representação, Onng, Academia Fórmula, Help Vida, Núcleo.Com Tecnologia, Comercial Uemura, Santa Constância e Domani Veículos.



Confira a classificação final da V Corrida da Advocacia:

Advogadas/estagiárias:

5k - 1ª colocada – Florence Lima Verde / 2ª colocada – Gisela Alves Cardoso / 3ª colocada – Érika Figueiredo Kumuchian Araújo

10k - 1ª colocada – Luciane Mildenberger / 2ª colocada – Lisiane Martelli de Miranda / 3ª colocada – Rosane Costa Itacaramby

Advogados/estagiários:

5k - 1º colocado – Juscelino Antônio Tomas / 2º colocado – Cristóvão Ângelo de Moura / 3º colocado – Vitor de Melo Pereira

10k - 1º colocado – Josué Ferreira de Souza / 2º colocado – Daniel Muller Abreu Lima / 3º colocado – Johny Gomes Garcia de Souza
Público geral - Feminino

5k - 1ª colocada – Valquíria Silva Santos / 2ª colocada – Ana Paula Alves da Silva / 3ª colocada – Lenir Antônia de Sene

10k - 1ª colocada – Adriana Oliveira Silva / 2ª colocada – Jéssica Suzan Rodrigues Santos / 3ª colocada – Evillim Rezende Correa

Público geral - Masculino

5k - 1º colocado – André Ramos de Souza / 2º colocado – Reginaldo Ferreira da Silva / 3º colocado – Acivaldo Fernandes

10k - 1º colocado – Pablo Fagundes da Costa / 2º colocado – Wendel Jeronimo de Souza / 3º colocado – Alison Vinicios

Atleta Com Deficiência 5k:

Masculino - Def. Visual: 1º colocado – Edson de Oliveira de Almeida /

2º colocado – Adirson Henrique Rodrigues de Castro
Masculino – Def. Membro Inferior: 1º colocado – Leandro Rodrigues da Mata / 2º colocado – Eutálio Rodrigues de Amorim / 3º colocado – Hilquias Andrade de Souza Júnior

Feminino – Def. Membro Inferior: 1ª colocada – Marilene Aparecida da Silva

Masculino – Def. Membro Superior: 1º colocado – Alisson Ampolini

Feminino – Def. Membro Superior: 1ª colocada – Evangelina de Jesus Dias / 2ª colocada – Giseli Rodrigues Barros

Masculino – Cadeirante: 1º colocado – Joenil Rosa de Barros / 2º colocado – Danillo Alves Rodrigues dos Santos / 3º colocado – Anderson Magno dos Anjos Almeida

Feminino – Cadeirante: 1ª colocada – Juliana Santos Soares / 2ª colocada – Amanda Lúcia Dias / 3ª colocada – Dayane Brito de Souza

OAB-MT solicita reforço da Segurança Pública em Comodoro e região

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, o vice-presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Maurício Magalhães Farias Neto, e o conselheiro estadual Élbio Gonzalez reuniram-se com o secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, Rogers Jarbas, no dia 23 de agosto, para solicitar reforço nas ações de combate às drogas na comarca de Comodoro, que também abrange os municípios de Rondolândia, Campos de Júlio e Nova Lacerda.

Localizada a cerca de 100 quilômetros da fronteira com a Bolívia, a região vem sofrendo com a crescente disseminação do uso de drogas. De acordo com o presidente da subseção de Comodoro da OAB-MT, Ronie Jacir Thomazi, os municípios estão à mercê do consumo, do tráfico e do transporte de drogas ilícitas.

Diante da situação, o pedido rea-



lizado pela OAB-MT ao secretário vai além do reforço no policiamento ostensivo, mas principalmente de ações de inteligência e investigação para atacar o cerne do problema.

De imediato, Rogers Jarbas adotou as providências e comprometeu-se a rea-

lizar uma análise da situação criminal na região a fim de adotar algumas ações.

Leonardo Campos destacou a importância da Segurança Pública na repressão do crime e a preocupação da OAB-MT como representante da sociedade civil organizada na busca de solu-

ções para o problema das drogas.

Prevenção – Além do pedido de reforço nas ações de Segurança Pública, a OAB Comodoro está encabeçando uma campanha de prevenção às drogas voltada para os jovens da região.

Conforme o conselheiro estadual Élbio Gonzalez, juntamente com o Lions Clube e a Maçonaria, deverá ser desenvolvido um programa que visa apresentar aos jovens o conhecimento acerca dos malefícios provocados pelas drogas. A proposta é que o programa Lions Quest seja realizado nas salas de aula, envolvendo as famílias dos adolescentes, como forma de prevenir e tirá-los do mundo das drogas.

Ele ainda explicou que o próximo passo será buscar apoio junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público de Mato Grosso para aplicação de recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad) em ações na região.

Funcionalidade e imponência marcam projeto da nova sede da OAB Sinop

De acordo com o arquiteto responsável pelo projeto da nova sede da subseção de Sinop da OAB-MT, Ulisses Calhao, a obra foi pensada para atender a cada necessidade da instituição, desde uma bela recepção, salas de atendimento ao cliente, até estrutura para reuniões menores e maiores, incluindo um auditório com capacidade para 200 pessoas.

O projeto foi apresentado durante o Baile do Rubi da subseção, realizado no dia 18 de agosto, na cidade.

“Nós priorizamos a qualidade de atendimento necessária para um bom funcionamento de uma instituição tão importante quanto à Ordem. Nesse espaço, os advogados terão condições de realizar todas as suas funções com qualidade e tranquilidade. Além disso, a estrutura é sustentável, já que contempla espaço de lazer pensado também para a locação na cidade, gerando recursos próprios para o abatimento nos custos mensais de manutenção”, informou o arquiteto.

A obra foi projetada inicialmente para um terreno de 4.800m², com espaço de atendimento medindo 234m², área de eventos de 470m²,

auditório com 261m² e capacidade para alocar 200 pessoas, espaço gourmet de 216m², campo de futebol society medindo 544m², quadra de areia de 252m², vestiários masculino e feminino, com 28m², e 52 vagas de estacionamento.

“Hoje, apresentamos a advocacia sinopense com nosso grande projeto da construção da nossa casa como ela merece ser. É, sim, muito trabalho, mas juntos, construiremos essa realidade”, foi assim que o presidente da subseção de Sinop da OAB-MT, Felipe Guerra, resumiu o lançamento do projeto da nova sede da instituição na cidade.

Um vídeo surpresa, exibido durante o baile, deu a dimensão da ousadia do projeto arquitetônico realizado em parceria com a Edificatto Arquitetura e Interiores.

“Eu me coloquei à disposição da classe com essa missão. Tenho a oportunidade, agora, com segurança e consistência, de lançar um projeto exequível, que vai acontecer nos próximos dois anos, reconhecendo Sinop como a Capital do Nortão não só nos negócios, mas também na advocacia”, enfatizou o presidente da subseção.

I Semana Jurídica de Segurança Pública e Execução Penal acontece em Rondonópolis

A OAB Rondonópolis realizou, entre os dias 21 e 25 de agosto, a I Semana Jurídica de Segurança Pública e Execução Penal.

O evento, sediado no auditório da subseção, teve início com a palestra do presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-MT, Ardonil Manoel Gonzales Junior.

A programação contou com as palestras do delgado regional de Polícia Civil de Rondonópolis, Claudinei de Souza Lopes; do comandante do IV Comando Regional da Polícia Militar de Mato

Grosso (PMMT), tenente coronel Wilker Soares Sodré; do presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT, Waldir Caldas; do secretário-adjunto de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Emanuel Alves Flores, e do representante da Penitenciária Regional de Rondonópolis, pastor Eli Alves.

Ainda falaria para o público do evento a juíza da 4ª Vara Criminal de Execuções Penais da Comarca de Rondonópolis, Tatyana Lopes de Araújo Borges.

Projeto auxilia estudantes de Tangará da Serra

A Subseção de Tangará da Serra da OAB-MT realizou, no dia 3 de agosto, a primeira edição do projeto “A Escola vai à OAB”. A iniciativa visa levar a estudantes da rede pública de ensino informações sobre temas diversos que envolvem a sociedade.

Desta vez, profissionais de diversas áreas realizaram um bate papo com os alunos, dando detalhes de suas respectivas profissões e esclarecendo dúvidas sobre as carreiras pretendidas, auxiliando na escolha de seus futuros profissionais. A ação aconteceu no au-

ditório da OAB Tangará da Serra.

Alunos dos 8º e 9º anos das escolas Jada Torres, Emanuel Pinheiro e Manuel Marinheiro participaram da edição do “A Escola vai à OAB”.

Promovido pela Comissão de Assuntos Sociais da OAB Tangará da Serra, o evento abriu o calendário das ações em comemoração ao Mês da Advocacia.

Um novo encontro do projeto “A Escola vai à OAB” estava programado para abordar os temas crimes contra o patrimônio público e combate e prevenção ao uso de drogas.

Informe OAB

OAB-MT discute no TRT melhorias para o funcionamento do PJe

Depois de uma série de instabilidades registradas no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito da Justiça do Trabalho em Mato Grosso nos últimos dias, a OAB-MT reuniu-se com o juiz auxiliar da presidência do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Mato Grosso, Plínio Podolan, na manhã do dia 29 de agosto.

Participaram da reunião a secretária-geral adjunta da OAB-MT, Gisela Cardoso; o diretor-tesoureiro, Helmut Preza Daltro; o conselheiro estadual Hélio Machado e o presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Marcos Avallone. Eles apresentaram ao TRT as dificuldades vivenciadas pelos profissionais da advocacia em relação ao PJe.

Conforme o magistrado, o TRT vem se empenhando para garantir o funcionamento adequado do sistema e informou que os problemas relativos ao ambiente de infraestrutura do PJe já foram resolvidos. Nos casos em que as falhas deixam o sistema inoperante, o TRT deve emitir uma certidão de indisponibilidade. No documento, consta a hora exata em que os serviços ficaram indisponíveis e a assinatura digital do responsável pela unidade de tecnologia do Tribunal.

A pedido da Ordem, Fazenda deixa de exigir documentos desnecessários

Em resposta a uma solicitação da OAB-MT, a Secretaria Municipal de Fazenda de Cuiabá informou que deixou de exigir procuração com reconhecimento de firma e cópia autenticada da carteira da OAB-MT em todos os seus setores.

O comunicado foi emitido pela prefeitura no dia 20 de agosto, depois que a OAB-MT demonstrou a ilegalidade que vinha sendo cometida nos setores da Secretaria quando se exigia a documentação citada.

Artista que expõe na OAB-MT recebe moção da AL

O artista plástico e escultor Amâncio Ribeiro Alves, que desde junho expõe suas obras na Galeria Silva Freire, na sede da OAB-MT, receberá uma moção de congratulação do deputado estadual Guilherme Maluf. O motivo é a exposição, que tem obras do artista dos últimos 50 anos, realizada em alusão ao aniversário de 84 anos da OAB-MT, comemorado no dia 29 de junho.

Amâncio Ribeiro, que faz de histórias sua fonte inspiradora para produção de telas e esculturas, sobretudo a história do Brasil, demonstrou-se muito satisfeito com a homenagem, principalmente pelo reconhecimento do produto, que é bem próprio. “Muitos artistas de Mato Grosso, bons artistas, fazem obras daquilo que o público quer ver, para agradar o outro. Eu faço obra sobre aquilo que me move, que são as histórias. É muito bom receber moção”.



Recital de Poesia na OAB Sinop enaltece a cultura local

Em uma noite agradável, a subseção de Sinop da OAB-MT foi palco da 2ª edição do recital de poesia “A Palavra na Ordem”. O evento, realizado em parceria com a Academia Sinopense de Ciências e Letras, destacou a riqueza da cultura literária local.

Entre as obras destacadas estavam criações da autora e advogada Bernadete Crescêncio Laurindo, uma das mais citadas nas leituras de poemas não autorais. Para a poetisa e membro da Academia Sinopense de Letras, a noite foi de reconhecimento do seu trabalho e de um deleite à cultura da cidade.

Araputanga e Nova Mutum recebem Caravana da Resolução de Conflitos

A advocacia dos municípios de Nova Mutum e Araputanga recebeu, nos primeiros dias de agosto, a visita da Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem com o projeto Caravana das Resoluções de Conflitos, iniciado no primeiro semestre do ano.

Os participantes puderam

acompanhar a palestra “Meios de Resolução de Conflitos de acordo com o novo Código de Processo Civil”, baseada nas mudanças que a nova legislação trouxe, já que passou a vigorar há pouco mais de um ano reforçando ainda mais a importância dos métodos de solução de conflitos pré-processuais.

Em Destaque



Violeiros e dançarinos de catira de Poxoréu reabriram a programação noturna da XX Conferência Estadual da Advocacia no dia 18 de agosto valorizando a cultura mato-grossense



Os 4 mil participantes do evento ainda contaram com serviços prestados nos estandes dos apoiadores, entre eles vacina contra H1N1, corte de cabelo, maquiagem e massagem



Na segunda noite da Conferência, a palestra de Luiz Flávio Gomes foi enriquecida com o debate em que participaram a desembargadora e única mulher a presidir a OAB-MT, Maria Helena Póvoas, e a vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil da Ordem, Luciana Póvoas Lemos, mãe e filha, respectivamente



Equipe da OAB-MT comemora o encerramento do evento na companhia do palestrante-artista, o juiz do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho, que musicalizou última palestra do dia 18



Presidente Leonardo Campos prestigia os integrantes do painel "Transformações na Ordem Social, Econômica e Regulação" da última manhã da Conferência, no Centro de Eventos